



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO N. 02/2021.**

**TERMO ADITIVO N. 03 AO CONTRATO N. 02/2021**

**PROCESSO SEI N. [0003199-70.2020.6.22.8000](#)**

**LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONVITE (CARTA-CONVITE N. 01/2021)**

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 02/2021 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA LIDER CONSTRUÇÕES EIRELI – CNPJ N. 03.587.444/0001-63, PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ESCORAMENTO REFORÇO ESTRUTURAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO TRE-RO**

A **UNIÃO**, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, **senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **LIDER CONSTRUÇÕES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n. 03.587.444/0001-63, com sede na Rua Padre Paulino, 149, Bairro Conjunto Rui Lino, CEP: 69.919-830, Município Rio Branco, Estado do Acre, Telefone(s): (68) 99973-8596, E-mail(s): [athuss\\_@hotmail.com](mailto:athuss_@hotmail.com), neste ato representada por seu Procurador, senhor **ATHUS PESSOA DE SOUZA**, brasileiro, Cédula de Identidade RG 1035377-1/SSP-AC e CPF 891.817.782-87, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com a Autorização constante no Despacho n. 1646/2021 de 26/11/2021 (evento [0765822](#)), celebram, mediante acordo entre as partes, o presente Termo Aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DO OBJETO**

**(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

**1) Prorrogar** o prazo de vigência do Contrato n. 02/2021 (evento [0690666](#)), por mais 30 (trinta) dias, a contar de 30/11/2021 a 29/12/2021;

**2) Registrar a supressão** contratual no percentual de **20,86%** (vinte vírgula oitenta e seis por cento) do valor do Contrato n. 02/2021 (evento [0690666](#)), correspondente ao valor de **R\$ 64.079,76** (sessenta e quatro mil e setenta e nove reais e setenta e seis centavos), em face da necessidade de ajuste dos serviços contratos, conforme descrito nos eventos Informação n. 300/2021/SEMAP (evento [0764191](#)); e

**3) Registrar o acréscimo** contratual no percentual de **4,29%** (quatro vírgula vinte e nove por cento) sobre o valor do Contrato n. 02/2021 (evento [0690666](#)), correspondente ao valor de **R\$ 13.173,03** (treze mil cento e setenta e três reais e três centavos), em face da necessidade de ajuste dos serviços contratos, conforme descrito na Informação n. 300/2021/SEMAP (evento [0764191](#)).

**DO VALOR**

**(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Em decorrência da supressão (**R\$ 64.079,76**) e do acréscimo (**R\$ 13.173,03**) registrados na Cláusula Primeira deste instrumento, **o presente termo aditivo é no valor total de (-) R\$ 50.906,73** (cinquenta mil novecentos e seis reais e setenta e três centavos), conforme abaixo:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>Termo Aditivo</b>	<b>Valor Inicial Contrato</b>	<b>R\$ 307.251,52 (A)</b>	<b>%</b>	<b>Valor Acumulado</b>	<b>% A</b>
n. 01 ( <a href="#">0731107</a> )	<b>Supressões</b>	(B) R\$ 7.853,95	2,56	R\$ 7.853,95	
	<b>Acréscimos</b>	(C) R\$ 127.330,08	41,44	R\$ 127.330,08	
	<b>Vlr Contrato + 1TA D= (A+C) - (B)</b>	<b>R\$ 426.727,65</b>	-	-	
n. 02 ( <a href="#">0755314</a> )	<b>Prorrogação prazo de vigência</b>				
Aditivo Atual	<b>Supressões</b>	(E) R\$ 64.079,76	<b>20,86</b>	R\$ 71.933,71	
	<b>Acréscimos</b>	(F) R\$ 13.173,03	<b>4,29</b>	R\$ 140.503,11	<b>45,73</b>
	<b>Vlr Contrato + 3TA G= (D+F) - (E)</b>	<b>R\$ 375.820,92</b>			

**Fonte:** Informação n. 300/2021/SEMAP (evento [0764191](#) do Processo SEI respectivo).

**Subcláusula Primeira** - As eventuais despesas com a execução do presente Termo Aditivo serão suportadas mediante reforço à Nota de Empenho (2021NE000238) desta contratação, caso seja necessário.

**Subcláusula Segunda** - O valor total deste contrato, para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário), é de R\$ **307.251,52** (trezentos e sete mil duzentos e cinquenta e um reais e cinquenta e dois centavos).

**DA GARANTIA****(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA TERCEIRA** - Para assegurar a plena execução deste instrumento, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura deste termo aditivo, renovação da garantia contratual apresentada inicialmente, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93 e nos termos e condições do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, consoante regras estabelecidas na Cláusula Sexta do Contrato originário.

**DO FUNDAMENTO LEGAL**

**(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUARTA** - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, I, §1º, I, da Lei nº 8.666/93, e na CLÁUSULA QUARTA, Subcláusula Segunda e Subcláusula Terceira, do Contrato n. 02/2021 (prorrogação), e artigo 65, I, “b”, e seu § 1º, da Lei 8.666/93, e na Cláusula Décima, item ix, c/c Cláusula Décima Sexta, Subcláusula Segunda, todos do Contrato nº 02/2021 (acréscimo/supressão).

**DA RATIFICAÇÃO**

**CLÁUSULA QUINTA** - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário que não tenham sido alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA SEXTA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o Presente Termo Aditivo assinado através do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, na presença das testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 29 de novembro de 2021.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo Contratante	<b>ATHUS PESSOA DE SOUZA</b> Pela Contratada
Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha	Luciano da Silva Santos CPF: 812.434.482-53 Testemunha

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 02/2021/TRE-RO****HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO**

**Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:**

<b>Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)</b>	<b>Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila</b>	<b>Percentual de acréscimo/supressão já efetuados nesta contratação em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário)</b>
Contrato n. 02/2021 (assinado em 13/05/2021) – Volume VIII do PA (evento n. <a href="#">0690666</a> ) Vigência de 180 dias, a contar de 13/05/2021 até 09/11/2021.	R\$ 307.251,52	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Valor: R\$ 307.251,52 Garantia: R\$ 15.362,57		
1º Termo Aditivo (assinado em 16/08/2021) – Volume XI do PA (evento n. <a href="#">0731107</a> )  I – Supressão no percentual de 2,56%, ou seja, (-) R\$ 7.853,95, em face dos serviços descritos no evento <a href="#">0725870</a> ; e  II – Acréscimo de 41,44% (R\$ 127.330,08), em face dos serviços descritos no evento <a href="#">0725870</a> .	(-) R\$ 7.853,95 - (Supressão)  R\$ 127.330,08 (Acréscimo)	2,56% - Supressão; e  41,44% - Acréscimo.
2º Termo Aditivo (assinado em 28/10/2021) – Volume XII do PA (evento n. <a href="#">0755314</a> )  Prorrogação da vigência contratual por mais 21 dias, a contar de 09/11/2021 até 29/11/2021.	-	-
3º Termo Aditivo (assinado em ____/11/2021) – Volume XIV do PA (evento n. <a href="#">0765913</a> )  I – Prorrogação da vigência contratual por mais 30 dias, a contar de 30/11/2021 até 29/12/2021.  II - Supressão no percentual de 20,86%, ou seja, (-) R\$ 64.079,76, em face dos serviços descritos no evento 0764191; e  III – Acréscimo de 4,29% (R\$ 13.173,03), em face dos serviços descritos no evento <a href="#">0764191</a> .	(-) R\$ 64.079,76 (Supressão)  R\$ 13.173,03 (Acréscimo)	20,86% - Supressão; e  4,29% - Acréscimo.

\*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>VALOR ATUALIZADO DESTA CONTRATAÇÃO PARA FINS DE CÔMPUTO DE EVENTUAIS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES</b> – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$ 307.251,52
---	----------------



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 29/11/2021, às 12:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ATHUS PESSOA DE SOUZA, Usuário Externo**, em 29/11/2021, às 21:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 30/11/2021, às 07:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 30/11/2021, às 09:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0765913** e o código CRC **14CE3D79**.

0003199-70.2020.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**INFORMAÇÃO Nº 300/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**AO GABSAOFC.**

**À COSEG** para conhecimento,

**Assunto:** Trata-se da necessidade de aditivo de serviços referente ao Contrato nº 2/2021 ([0690666](#)) - EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA para **EXECUÇÃO DE OBRA DE ESCORAMENTO REFORÇO ESTRUTURAL** na face norte do edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia – TRE-RO, conforme as condições estabelecidas no referido contrato, no Projeto Básico e em seus anexos.

Senhor Secretário,

Considerando a previsão contratual disposta na cláusula demonstrada abaixo:

**DO VALOR**

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

**CLÁUSULA QUINTA** – O valor total deste contrato é de **R\$ 307.251,52** (trezentos e sete mil, duzentos e cinquenta e um reais e cinquenta e dois centavos) para o período de vigência desta contratação, conforme proposta da CONTRATADA.

...

**Subcláusula Quarta** - Quanto a reajuste, revisão, reequilíbrio e outros tipos de alterações contratuais, deverá ser observado o que consta na Cláusula “DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL” deste instrumento.

Considerando a previsão contratual disposta na cláusula décima a qual trata acerca das obrigações da contratada, em epígrafe:

**DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

(Artigo 55, IV, VII e XIII, da Lei 8.666/93)





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA DÉCIMA** – Além de observar e cumprir preços, prazos, condições e as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e anexos, obriga-se a contratada ao que segue:

...

ix. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto nos limites estabelecidos da modalidade de contratação, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93:

a. Os limites de alteração ao contrato serão considerados de forma isolada, ou seja, tomando-se o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos, sempre calculados sobre o valor original do contrato, sem que haja compensação entre eles, conforme reiterada decisões do TCU (Acórdãos 1.981/2009, 749/2010, 906/2012 e 517/2012 – Plenário).

Considerando a previsão contratual disposta na cláusula décima sexta a qual dispõe sobre a alteração contratual, em epígrafe:

### **DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**(Artigo 65, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Primeira** – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável a requisições já efetuadas e serviços já realizados, observado que:

5. **É vedado o reequilíbrio**, ou adoção de tabela do SINAPI diferente da inicialmente contratada, quando houver alteração do regime tributário ao qual a contratada está sujeita, por não se tratar esta hipótese de fato imprevisível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe previsto no art. 65, II, “d”, da Lei n. 8.666/93.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Segunda** – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Carta-Contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

**Subcláusula Terceira** – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Quarta** - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste Contrato para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Quinta** – Havendo alteração unilateral deste Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Sexta** – Quanto ao reajuste dos preços contratados, deverá ser observado o que segue:

1. O percentual de desconto e do **BDI permanecerão inalterados** durante todo o período de vigência do contrato.
2. Por se tratar de contrato de escopo, com previsão de prestação de serviços por período inferior a 12 (doze) meses, não há previsão de reajuste de preços, em nenhuma das modalidades
3. Na eventualidade de prorrogações - por fatos decorrentes da ação ou omissão da própria Administração contratante ou de terceiros, para os quais a contratada não tenha contribuído de qualquer forma - que conduzam a execução dos serviços para um período superior a 12 (doze) - em conformidade com os Acórdãos n. 1238/2016 e 1381/2018, ambos do Plenário do TCU - os preços contratados **PODERÃO** ser reajustados após o período de 01 (um) ano contados da data da licitação (data-base do orçamento dos preços ofertados) desde que tenham sido divulgadas novas tabelas do SINAPI DESONERADA da unidade da federativa do Estado de Rondônia,



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

após esse mesmo lapso temporal mínimo de 01 (um) ano, observadas as seguintes regras:

. O reajuste **não** incidirá sobre os serviços executados previamente à data-base da majoração (reajuste).

. Essa mesma regra será aplicada nas eventuais prorrogações dos contratos.

. Nos casos em que o reajuste for percebido, deverá a CONTRATADA apresentar para análise e deliberação da fiscalização, planilha contendo a relação dos serviços e valores a serem reajustados.

**Subcláusula Sétima** – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Considerando que o objeto deste contrato enquadra-se no campo da reforma de edifício, portanto, nos termos do §1º, do art. 65, da lei 8666/95, seus acréscimos fica limitado ao percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial contratado;

Considerando o pedido de readequação de aditivo de serviços ([0764177](#)), conforme solicitado pela Empresa Contratada através do ofício de 19 de novembro de 2021.

Que esse pedido foi analisado, conforme MANIFESTAÇÃO Nº 30/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0764178](#)) emitida pela equipe de fiscalização do supracitado contrato a qual apresentou a análise e os devidos esclarecimentos acerca do aditivo.

Assim, sintetizamos na tabela abaixo os reflexos das supressões e acréscimos do aditivo atual ao contrato.

Termo Aditivo	Valor Inicial Contrato	R\$ 307.251,52 (A)	%	Valor Ac
n. 01 ( <a href="#">0731107</a> )	Supressões	(B) R\$ 7.853,95	2,56	R\$
	Acréscimos	(C) R\$ 127.330,08	41,44	R\$ 127
	Vlr Contrato + 1TA D= (A+C) - (B)	R\$ 426.727,65	-	-
n. 02 ( <a href="#">0755314</a> )	<b>Prorrogação prazo de vigência</b>			
Aditivo Atual	Supressões	(E) R\$ 64.079,76	20,86	R\$ 71.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<b>Acréscimos</b>	<b>(F) R\$ 13.173,03</b>	<b>4,29</b>	<b>R\$ 140</b>
	<b>Vlr Contrato + 3TA</b> <b>G= (D+F) - (E)</b>	<b>R\$ 375.820,92</b>		

Tendo em vista o quadro acima o valor contratual passará para **R\$ 375.820,92 (trezentos e setenta e cinco mil oitocentos e vinte reais e noventa e dois centavos)**

Ademais, frente às supressões e aos acréscimos, informamos não haver a necessidade de REFORÇAR a Nota de Empenho 2021NE000238.

Por fim, diante da alteração do projeto, objeto do supracitado aditivo, esta unidade identificou a necessidade também de prorrogar **prazo de vigência em 30 dias**, a contar do dia 30/11/2021, a fim de viabilizar, dentro do referido prazo, o recebimento provisório e definitivo, além possibilitar o trâmite do pagamento da etapa final do objeto contratado.

Diante do exposto, encaminhamos para Vossa Senhoria apreciar a análise desta unidade gestora quanto à solicitação de aditivo da contratada e os reflexos desta previsão contratual ao valor da contratação.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **LEISSON DE SOUSA CASTRO, Chefe de Seção**, em 24/11/2021, às 18:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0764191** e o código CRC **EABF2538**.

0003199-70.2020.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0003199-70.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL (SEMAP)

ASSUNTO: ASSUNTO: **Alteração contratual – Prorrogação, Acréscimo e Supressão – Contrato nº 02/2021** – Contratada: **LÍDER CONSTRUÇÕES EIRELI**- Execução de Obra de escoramento e reforço estrutural na face norte do edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral.

**PARECER JURÍDICO Nº 216 / 2021 - PRES/DG/AJDG**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de procedimento administrativo inaugurado para contratação de empresa especializada em execução de obra de escoramento e reforço estrutural na face norte do edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia (TRE-RO), materializada no Contrato Administrativo nº 02/2021 ([0690666](#)).

**02.** O ajuste administrativo encontra-se em plena vigência, com termo final em 29/11/2021, após a assinatura do segundo termo aditivo ao contrato n. 02/2021, onde consta anotada a prorrogação do prazo de vigência por mais 21 (vinte e um dia), conforme cláusula primeira do instrumento ([0755314](#)).

**03.** A comunicação da gestão da contratação sobre os novos pedidos de prorrogação, acréscimo e supressão dos serviços veio aos autos na Informação nº 300/2021 ([0764191](#)) onde a gestão relata que a empresa contratada solicitou readequação de aditivo de serviços ([0764177](#)), e o pedido recebeu a análise da equipe técnica na Manifestação 30/2021 ([0764178](#)), oportunidade em que sintetizou em tabela os reflexos das supressões e acréscimos nos valores contratuais, chegando a necessidade de aplicar os índices de 20,86% de supressão e 4,29% de acréscimo.

**04.** A justificativa da necessidade de supressão e de acréscimo quantitativo no valor do contrato foi reforçada pela unidade gestora da contratação na Manifestação 30/2021 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0764178](#)), na qual o engenheiro responsável analisa ponto a ponto, sob critérios técnicos, todas as



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

circunstâncias que culminaram no pedido de prorrogação, acréscimo e supressão.

**05.** Para atender as alterações no contrato, o chefe da SEMAP ao final da Informação 300/2021 ([0764191](#)), comunica não haver necessidade de reforço na Nota de Empenho 2021NE000238, e a extensão necessária de 30 (trinta) dias no prazo de vigência, a contar de 30/11/2021.

**06.** Recepcionado os autos na SAOFC, em atenção ao teor da notícia do gestor na Informação 300/2021, a secretária em substituição encaminha os autos, **concomitantemente**, à SECONT para elaboração da minuta de termo aditivo, e ao final a esta AJDG para análise e emissão de parecer jurídico quanto a minuta elaborada.

**07.** Em seguida, a Seção de Contratos - SECONT elaborou a Minuta de Termo Aditivo nº 03 ao Contrato nº 02/2021 ([0765094](#)) para registro da prorrogação, supressão e do acréscimo pretendidos.

**08.** Assim instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria ([0765095](#)). **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

**09.** Preliminarmente, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz do Regulamento Interno do Corpo Administrativo deste Órgão (Resolução nº 06/, de 07/04/2015), incumbe a esta Assessoria Jurídica da Diretoria Geral prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da administração, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo.

### **2.1 DA PRORROGAÇÃO**

**10.** Conforme já registrado por esta unidade jurídica em outros processos, é pacífico o entendimento deste Órgão quanto à possibilidade de prorrogação de contratos administrativos em execução pelo prazo necessário para o cumprimento do objeto contratual. Nessa linha, conforme Informação n. 300/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0764191](#)), a prorrogação pretendida se faz necessária para a total execução dos serviços contratados.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**11.** Por sua vez, além de pactuada expressamente na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo n. 02/2021 ([0690666](#)), a pretensão encontra abrigo no **art. 57, I, § 1º, I, da Lei n. 8.666/93**, *verbis*:

**Art. 57.** A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

[...]

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega **aditem** prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

**I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;**

(...)

**12.** Com relação ao prazo de execução, a unidade gestora não tece nos autos nenhuma modificação em relação ao já informado quando da solicitação do segundo termo aditivo, ou seja, o pedido de readequação de aditivo de serviços, conforme apresentado pela Empresa Contratada e aceito pela administração, somente causará efeito no prazo de vigência ([0753284](#)).

**13.** No caso em tela, a contratação precisa estender o prazo de vigência em mais 30 (trinta e um) dias, a fim de viabilizar, dentro do referido prazo, o recebimento provisório e definitivo, além possibilitar o trâmite do pagamento da etapa final do objeto contratado. Registre-se que o motivo dessa dilação de prazo vem desde o primeiro termo aditivo que anotou supressão e acréscimo em decorrência da alteração do projeto e do segundo termo aditivo que anotou a prorrogação por mais 21 dias.

**14.** Quanto à prorrogação do prazo de vigência do referido contrato, verifica-se que há previsão contratual na Subcláusula Segunda, da Cláusula Quarta ([0690666](#)) com fundamento no art. 57, I, § 1º, I, da Lei n. 8.666/93 e restou demonstrada a necessidade de sua dilação pela unidade de gestão e fiscalização do contrato.

**15.** O Contrato n. 02/2021 estabeleceu a obrigação de a Empresa oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *in verbis*:

**CLÁUSULA SEXTA** – A contratada deverá apresentar, em **até 10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato, garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93, a saber:





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
2. Seguro-garantia;
3. Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário).

**Subcláusula Primeira** – A não apresentação da GARANTIA, injustificadamente, poderá ocasionar a rescisão do contrato, independentemente de ter a contratada iniciado a execução ou não.

**Subcláusula Segunda** – Na presente contratação a garantia poderá cobrir eventuais prejuízos ocasionados na prestação de serviços pelos agentes da contratada, assegurar o pagamento de eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas pela CONTRATADA, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura.

**16.** A Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria do TRE/RO, após análise da viabilidade de Termo Aditivo com o objeto de prorrogação contratual – **Parecer CCIA n. 59/2011**, concluiu que: a garantia deverá ser igualmente complementada, para fins de adequação as novas datas do termo final do prazo de execução e vigência do contrato originário, devendo ser comprovada no bojo dos autos.

**17.** A Corte de Contas orienta no sentido de que: “**Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção**” (Manual de Licitações e Contratos 4<sup>a</sup> Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz, ainda, as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. Acórdão 859/2006 - Plenário (Sumário) (sem grifo no original)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. Acórdão 265/2010 - Plenário. (sem grifo no original)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. Acórdão 1573/2008 - Plenário. (sem grifo no original)

**18.** Nessa linha de reflexão, deverá a contrata ser notificada para apresentar a renovação da garantia contratual, em cumprimento à obrigação imposta pela CLÁUSULA SEXTA do ajuste firmado.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **2.2 DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO NO OBJETO CONTRATUAL**

**19.** A modificação do valor contratual, seja em decorrência de alteração quantitativa do objeto do contrato ou de supressão, é hipótese permitida nos termos do **artigo 65, inciso I, alínea “b” da Lei n. 8.666/93**.

**20.** Ademais, o **§ 1º, art. 65, da Lei 8.666/93** estabelece uma obrigação geral aos contratados, impondo a aceitação de acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato nas obras, serviços ou compras, nas mesmas condições contratuais, e para o caso ora em análise, **tratando-se de reforma de edifício, até o limite de 50% para os acréscimos**. Veja-se:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as **devidas justificativas**, nos seguintes casos:

I – [...]

II – [...]

**§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.** (Sem grifo no original)

**21.** Tendo como lastro a informação prestada pela unidade interessada e solicitante do acréscimo contratual (0764191), constata-se que há nos autos a demonstração da necessidade de ajustes nos serviços contratados, conforme sintetizado na tabela presente na manifestação da unidade gestora, com os reflexos da supressão e acréscimo no contrato, vejamos:

<b>Termo Aditivo</b>	<b>Valor Inicial Contrato</b>	<b>R\$ 307.251,52 (A)</b>	<b>%</b>	<b>Valor Acumulad o</b>	<b>% Acumulad a</b>	<b>Memória de Cálculo (Planilha de Adequação)</b>
<b>n. 01 (0731107)</b>	<b>Supressões</b>	<b>(B) R\$ 7.853,95</b>	<b>2,56</b>	<b>R\$ 7.853,95</b>	<b>2,56</b>	<b>725870</b>
	<b>Acréscimos</b>	<b>(C) R\$ 127.330,08</b>	<b>41,44</b>	<b>R\$ 127.330,08</b>	<b>41,44</b>	
	<b>Vlr Contrato +</b>	<b>R\$ 426.727,65</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<b>1TA</b>					
	<b>D= (A+C) - (B)</b>					
n. 02 ( <a href="#">0755314</a> )	<b>Prorrogação prazo de vigência</b>					
Aditivo Atual	<b>Supressões</b>	<b>(E) R\$ 64.079,76</b>	<b>20,86</b>	R\$ 71.933,71	<b>23,42</b>	
	<b>Acréscimos</b>	<b>(F) R\$ 13.173,03</b>	<b>4,29</b>	R\$ 140.503,11	<b>45,73</b>	
	<b>Vlr Contrato + 3TA</b>	<b>R\$ 375.820,92</b>				<a href="#">0764178</a>
	<b>G= (D+F) - (E)</b>					

22. O valor do acréscimo corresponde a R\$ 13.173,03, porém em razão da supressão no valor de R\$ 64.079,76, o valor do referido aditivo foi dimensionado em R\$ **R\$ 50.906,73 (cinquenta mil novecentos e seis reais e setenta e três centavos)**, correspondendo em percentuais que **não ultrapassam o limite de 50%** imposto pelo § 1º do art. 65 da lei 8.666/93.

23. Assim sendo, não se observa óbice legal para efetivação da modificação unilateral instrumentalizada na minuta de Termo Aditivo nº 03 ao Contrato 02/2021 ([0765094](#)). Frisa-se que instituto jurídico ora analisado é regulado na **Cláusula Décima, item ix, c/c Cláusula Décima Sexta, Subcláusula Segunda**, do instrumento contratual ora em análise.

24. Noutro giro, verifica-se que a Minuta SECONT [0765094](#) em análise formal dos seus termos, encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara**, estando apto, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **III – CONCLUSÃO**

**25.** Diante o exposto, considerando, sobretudo, a manifestação da SEMAP ([0764191](#)), esta unidade jurídica opina:

**a. pela prorrogação do prazo de vigência por mais 30 (trinta) dias**, com fundamento no artigo 57, I, § 1º, I, da Lei n. 8.666/93 e Cláusula Quarta, Subcláusula Segunda do Contrato Administrativo n. 02/2021 e,

**b. pela supressão e o acréscimo pretendidos** - ademais balizado pelos **limites legais** e com suporte orçamentário para o custeio da despesa - entende esta Assessoria Jurídica que a Administração **poderá autorizá-lo com fulcro no art. 65, I, “b” e seu § 1º, ambos da Lei nº 8.666/93** e na Cláusula Décima, item ix, c/c Cláusula Décima Sexta, Subcláusula Segunda, todos do Contrato nº 02/2021.

**26.** Quanto à minuta do **Terceiro Termo Aditivo** juntada ([0765094](#)), sob o aspecto formal, o instrumento encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Assim sendo, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria jurídica **APROVA** os seus termos.

**27.** Por derradeiro, esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetidos, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 26/11/2021, às 15:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0765709** e o código CRC **26AC210A**.

---

0003199-70.2020.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0003199-70.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL - SEMAP

ASSUNTO: Alteração contratual – Prorrogação, Acréscimo e Supressão – Contrato nº 02/2021 – Contratada: LÍDER CONSTRUÇÕES EIRELI – Execução de Obra de escoramento e reforço estrutural na face norte do edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral.

**DESPACHO Nº 1646 / 2021 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de procedimento administrativo inaugurado para contratação de empresa especializada em execução de obra de escoramento e reforço estrutural na face norte do edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia (TRE-RO), materializada no Contrato Administrativo nº 02/2021 ([0690666](#)), que encontra-se em plena vigência, com termo final em 29/11/2021, após a assinatura do segundo termo aditivo ao Contrato n. 02/2021, onde consta anotada a prorrogação do prazo de vigência por mais 21 (vinte e um) dias, conforme cláusula primeira do instrumento ([0755314](#)).

A Seção de Manutenção Predial - SEMAP, unidade gestora da contratação, relata que a empresa contratada solicitou readequação de aditivo de serviços ([0764177](#)) e o pedido foi analisado pela equipe técnica, conforme Manifestação n. 30/2021 ([0764178](#)), oportunidade em que sintetizou em tabela os reflexos das supressões e acréscimos nos valores contratuais, constatando a necessidade de aplicar os índices de 20,86% de supressão e 4,29% de acréscimo (Informação n. 300/2021-PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP, evento [0764191](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em cumprimento ao Despacho nº 2158/2021 - SAOFC ([0764917](#)), a SECONT elaborou minuta do Termo Aditivo n. 3 ao **Contrato nº. 02/2021** ([0765094](#)), fazendo constar o novo prazo de vigência, a supressão no percentual de 20,86% e o acréscimo no percentual de 4,29%. Em seguida, remeteu os autos à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0765095](#)).

A Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral emitiu o Parecer Jurídico n. 216/2021 ([0765709](#)), no qual opina pela dilação do prazo de vigência do ajuste, por mais 30 (trinta) dias, com fundamento no artigo 57, I, § 1º, I, da Lei n. 8.666/93 e Cláusula Quarta, Subcláusula Segunda do Contrato Administrativo n. 02/2021, bem como pela supressão e o acréscimo pretendidos, balizado pelos limites legais e com suporte orçamentário para o custeio da despesa, com fulcro no art. 65, I, “b” e seu § 1º, ambos da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Décima, item ix, c/c Cláusula Décima Sexta, Subcláusula Segunda, todos do Contrato nº 02/2021. Por fim, aprovou a minuta de termo aditivo apresentada pela SECONT (evento [0765094](#)), por estar em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93 e atender aos princípios e diretrizes que norteiam as contratações públicas.

A SAOFC manifestou-se favorável à prorrogação da avença, com base no parecer jurídico emitido pela AJDG (Manifestação n. 480/2021 - [0765775](#)).

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, registra-se que não haverá alteração no prazo de execução, permanecendo o prazo constante do Segundo Termo Aditivo, somente haverá prorrogação do prazo de vigência ([0755314](#)).

Assim, conforme solicitado, faz-se necessário estender o prazo de vigência. No tocante à possibilidade de **prorrogação do prazo do contrato**, a Lei de Licitações traz no § 1º do artigo 57 as seguintes hipóteses permissivas:

**"Art. 57.** A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

[...]

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega **aditem** prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

**I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(...) (destacamos)

Como bem asseverado pela Assessoria Jurídica, para a dilação do prazo de execução é pacífico o entendimento deste Órgão quanto à possibilidade de prorrogação de contratos administrativos, em execução, pelo prazo necessário para o cumprimento do objeto contratual. Nos termos da Informação n. 300/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0764191](#)), a prorrogação pretendida é necessária para a execução completa dos serviços contratados.

No presente caso, será necessário estender o prazo de vigência em mais 30 (trinta) dias, a fim de viabilizar, dentro do referido prazo, o recebimento provisório e definitivo, além possibilitar o trâmite do pagamento da etapa final do objeto contratado. Registre-se que o motivo dessa dilação de prazo vem desde o primeiro termo aditivo que anotou supressão e acréscimo em decorrência da alteração do projeto, e do segundo termo aditivo, que anotou a prorrogação por mais 21 dias.

Some-se a isso que, além de demonstrada a necessidade da dilação no prazo de vigência do referido contrato, há previsão de prorrogação na Cláusula Quarta e Subcláusula Terceira, *ipsi litteris*:

**CLÁUSULA QUARTA** – O prazo de vigência desta contratação é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da assinatura deste contrato.

**Subcláusula Primeira** – O prazo de execução desta contratação é de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data do recebimento da Ordem de Serviços respectiva.

**Subcláusula Segunda** – Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

(...)

**Subcláusula Terceira** – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

Registra-se, também, que há previsão na **Cláusula Décima, item ix, c/c Cláusula Décima Sexta, Subcláusula Segunda**, do Contrato n. 02/2021 ([0690666](#)), acerca da possibilidade de modificação unilateral para acréscimos e supressões do objeto nos limites estabelecidos no artigo 65 da Lei 8.666/93.

Ademais, é necessária a obediência ao **limite máximo no percentual de 25%** (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, consoante disposto no §1º do art. 65 da Lei n. 8.666/93, *in verbis*:

“Art. 65. Os contratos regidos por esta lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - unilateralmente pela Administração:

Omissis

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

(...)

**§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais**, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, **no caso particular de reforma de edifício** ou de equipamento, **até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos**. (Sem grifo no original)

Constata-se que há nos autos demonstração da necessidade de acréscimo contratual, em virtude de ajustes nos serviços contratados, conforme sintetizado na tabela presente na manifestação da unidade gestora, com os reflexos da supressão e acréscimo no contrato (Informação n. 300/2021-PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP, evento [0764191](#)).

De acordo com a referida informação, o valor do acréscimo corresponde a R\$ 13.173,03 (que equivale a 4,29% do valor do contrato), porém em razão da supressão no valor de R\$ 64.079,76 (correspondente a 20,86% do valor do contrato), o valor do referido aditivo foi dimensionado em **R\$ 50.906,73 (cinquenta mil novecentos e seis reais e setenta e três centavos)**, correspondendo em percentuais que **não ultrapassam o limite de 50%** imposto pelo § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Assim, verifica-se que não há óbice para efetivação da modificação unilateral instrumentalizada na minuta de Termo Aditivo nº 03 ao Contrato n. 02/2021 ([0765094](#)). Frisa-se que o instituto jurídico ora analisado é regulado pela **Cláusula Décima, item ix, c/c Cláusula Décima Sexta, Subcláusula Segunda do contrato originário**.

Por fim, deve-se registrar que, com fundamento no art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, a **CONTRATADA** deverá ser notificada para apresentar a renovação da garantia contratual, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pela CLÁUSULA SEXTA do ajuste originário e sistematizada na Cláusula Terceira da minuta SECONT ([0765094](#)).

Registra-se, ainda, que a minuta de aditamento foi aprovada pela Assessoria Jurídica, cumprindo assim o disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei de Licitações e Contratos.

Diante da possibilidade de prorrogação prevista no art. 57, I, § 1º, inciso I, da Lei n. 8.666/93, bem como da previsão constante



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da Cláusula Quarta e Subcláusula Terceira (prorrogação) e Cláusula Décima, item ix, c/c Cláusula Décima Sexta, Subcláusula Segunda (acréscimos e supressões), todas do Contrato Administrativo n. 02/2021, com amparo na delegação de atribuições descrita no art. 1º, inciso II, da Portaria n. 66/2018/GP:

**a) AUTORIZO a prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 02/2021 ([0690666](#)), por mais 30 (trinta) dias (a contar de 30/11/2021 e data final em 29/12/2021), mantidos os demais termos e condições pactuados, desde que haja comprovação prévia quanto à regularidade fiscal e trabalhista;**

**b) autorizo a supressão contratual no percentual de 20,86% (vinte vírgula oitenta e seis por cento) do valor do Contrato n. 02/2021 (evento [0690666](#)), correspondente ao valor de R\$ 64.079,76 (sessenta e quatro mil e setenta e nove reais e setenta e seis centavos), em face da necessidade de ajuste dos serviços contratados, conforme descrito na Informação n. 300/2021-SEMAP (evento [0764191](#)), com base na Cláusula Décima, item ix, c/c Cláusula Décima Sexta, Subcláusula Segunda, do Contrato n. 02/2021;**

**c) autorizo o acréscimo contratual no percentual de 4,29% (quatro vírgula vinte e nove por cento) sobre o valor do Contrato n. 02/2021 (evento [0690666](#)), correspondente ao valor de R\$ 13.173,03 (treze mil cento e setenta e três reais e três centavos), em face da necessidade de ajuste dos serviços contratados, conforme descrito na Informação n. 300/2021-SEMAP (evento [0764191](#)), com fundamento na Cláusula Décima, item ix, c/c Cláusula Décima Sexta, Subcláusula Segunda, do Contrato n. 02/2021;**

**d) DETERMINO a notificação da contratada para apresentar renovação da garantia contratual apresentada inicialmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do aditivo contratual, observadas todas as condições, prazos e valores constantes no contrato inicial, com fulcro na Cláusula Sexta do Contrato originário e no art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, consoante registrado na Cláusula Terceira da minuta do Termo Aditivo n. 03 ([0765094](#)).**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

À SAOFC para continuidade.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 26/11/2021, às 19:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0765822** e o código CRC **2AAB38D9**.